

BOA VISTA/RR E AS MIGRAÇÕES: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS, MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS

Carla Monteiro de Souza¹

Universidade Federal de Roraima

Resumo

Esse artigo apresenta um perfil dos migrantes residentes em três bairros de Boa Vista, capital do estado de Roraima, a partir dos dados coletados na pesquisa "Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé". Através da análise desses dados enfoca o antes e o depois da migração, buscando configurar trajetórias migrantes, mudanças e permanências decorrentes dos deslocamentos e seus significados.

Palavras-chave: migração, migrantes, Boa Vista

Abstract

This article presents a profile of migrants residing in three districts of Boa Vista, capital of the state of Roraima, from data collected in the research "Migrants and Migration in Boa Vista: Senador Hélio Campos, Raiar do Sol and Cauamé. Through analysis of these data focuses on the before and after migration, configure paths seeking migrants, resulting change and stay the displacements and their meanings.

Keywords: migration, migrant, Boa Vista

O presente artigo é parte da pesquisa intitulada "Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé", realizada entre os anos de 2005 e 2006, por meio de uma parceria entre um grupo de pesquisadores da UFRR e o então Centro de Apoio ao Migrante e ao Indígena na Cidade-CAMIC, atual Centro de Migrações e Direitos Humanos-CMDH/RR. Contou com o fomento do Movimento de Leigos para a América Latina-MLAL e o apoio da Diocese de Roraima e outros movimentos sociais roraimenses, como o Movimento Nós Existimos e o Núcleo de Mulheres de Roraima-NUMUR. Foi coordenada por mim e pela Professora Mestre Raimunda Gomes da Silva, do curso de História da Universidade Estadual de Roraima-UERR, e teve a participação do Professor Mestre Raimundo Nonato Gomes dos Santos, do curso de História da UFRR, dos alunos da UFRR Francisco de Assis Lopes Gomes, Rafaella da Silva Pereira, Suellen Mayane de Matos Galvão e Thiago King, do curso de História, André Barreto de Souza e Guadalupe Silva Lima, do curso de Ciências Sociais¹.

Esta pesquisa situou-se no amplo e fecundo campo de estudos sobre a ocupação

humana da Amazônia Brasileira. Particularizou as migrações como um dos elementos fundamentais para entender e explicar a dinâmica regional, seus conflitos e contradições. Enfocou o Estado de Roraima, definindo a capital, Boa Vista, como seu nicho de análise. Teve como objetivo maior agregar novos conhecimentos que permitam entender melhor o papel das migrações e dos migrantes na sociedade roraimense, possibilitando a problematização desta realidade.

Cumpramos ressaltar que nosso trabalho foi uma contribuição no âmbito acadêmico – pois possibilita os estudos sobre o tema na área das ciências humanas e sociais – e no âmbito social – pois é uma contribuição a mais para as entidades, instituições e órgãos governamentais e não-governamentais que lidam direta ou indiretamente com a problemática das migrações em Roraima.

Neste artigo, particularizaremos a parte da trabalho que enfocou as informações e os dados quantitativos e qualitativos da coletados. Apresentamos os dados obtidos por meio da pesquisa de campo nos bairros, com a aplicação do questionário socioeconômico e cultural, e demais informações recolhidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística-IBGE, à Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania-SEMGE, à Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-estar Social-SETRABES e ao Plano Diretor de Boa Vista.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA

A ocupação recente e o crescimento demográfico acelerado de Roraima estão inscritos no processo de modernização da Amazônia. Esse processo, iniciado a partir de meados dos anos 1960, possui alguns aspectos fundamentais que podem ser situados em três dimensões, quais sejam: a econômica, que gerou novas relações de produção na região, nas quais destacam-se os grandes programas e empreendimentos industriais, agropecuários, mineradores e madeireiros; a fundiária, que promoveu a valorização das terras e uma corrida pela sua ocupação por grandes proprietários e principalmente por pequenos e médios agricultores, incentivados pelos vários projetos e programas de assentamento e de colonização; e a social, na qual se inscreve o incremento demográfico e a ocupação de áreas antes consideradas “vazias” (terras indígenas, áreas devolutas etc), o aumento das taxas de urbanização, o crescimento das migrações e dos conflitos sociais.

Neste cenário, as migrações desempenharam papel fundamental. Os migrantes, oriundos das várias unidades federativas, rumaram para a Amazônia buscando oportunidades que já não conseguiam vislumbrar em seus lugares de origem. Os vários fluxos migratórios de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores urbanos, de empresários, de profissionais especializados, de indígenas ou de simples aventureiros reordenaram o espaço e a realidade amazônica, entendida aqui como o processo cotidiano de vida perpassada por sujeitos, atores e estímulos de diversas ordens. Como fronteira, a região é um espaço de diversidade e de contradição, onde muitos se encontram, onde os nexos se fazem no encontro, nem sempre pacífico e consensual entre “nós” e “eles”, entre o “eu” e o “outro”.

Em Roraima, o processo de reordenamento espacial decorrente da expansão da fronteira teve forte intervenção do Estado que, ao mesmo tempo, o legalizou e o legitimou. A intensificação da ocupação humana era justificada por um discurso que aliava desenvolvimento regional ao crescimento populacional. O Poder Público, tanto federal quanto estadual, foi e é o grande promotor das ações de povoamento, através do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – INCRA e do Instituto de Terras e Colonização de Roraima-ITERAIMA. Os projetos de assentamento espalhados pelo estado, assim como os vários loteamentos urbanos, notadamente em Boa Vista, atraíram um número considerável de migrantes, conferindo ao estado Roraima as mais altas taxas de crescimento relativo populacional nas décadas de 1980 e 1990.

Junto a isso, a faceta política desse processo relaciona-se à necessidade de ampliar os contingentes eleitorais. A emergência dos garimpos em áreas indígenas e as articulações visando a passagem de território a estado, foram dois elementos importantes que propiciaram a formação e a consolidação dos principais grupos políticos locais, em franca atividade na atualidade.

Ressalta-se ainda, que nos dias de hoje são altas as taxas migratórias em Roraima. As migrações espontâneas e a ocupação desordenada do espaço local persistem, verificando-se a importância da abordagem das migrações no entendimento da sociedade regional.

Desde os seus primórdios, Roraima recebe migrantes oriundos de várias regiões do Brasil e como em outras áreas amazônicas, historicamente os migrantes nordestinos se destacam numericamente. Se no início do século XX falava-se em predominância cearense, hoje se verifica a presença expressiva de maranhenses. É importante destacar também que, ao longo do século XX, Roraima recebeu muitos migrantes intra-regionais, ou seja, aqueles originários ou provenientes dos vários estados amazônicos, sendo possível destacar os vindos do Amazonas e do Pará, assim como observa-se um incremento da migração de indígenas para as cidades. Deve-

se registrar, ainda, a presença de imigrantes, podendo ser mencionados os árabes, italianos, suíços, entre outros.

Nos períodos mais recentes, dois elementos históricos da ocupação de Roraima sobressaem-se como atrativos para a migração: a facilidade de acesso a terra, propiciada em grande parte por projetos e programas de colonização e assentamento e a ocorrência de garimpos. Deve-se salientar que a abertura dos grandes eixos rodoviários concorreu sobremaneira para as taxas espetaculares de crescimento demográfico em Roraima. Através das novas estradas federais (BR174, BR210 e BR401) e estaduais ocorreu um movimento incessante de pessoas, consolidando, a exemplo do restante da Amazônia, um padrão de povoamento concentrado ao longo das estradas (BECKER, 2006). Muitos desses migrantes se alojaram no entorno das rodovias, gerando uma série de ocupações ilegais na área rural, outros tantos rumaram para as cidades, principalmente para Boa Vista. Nota-se que esse crescimento populacional não se distribuiu de maneira homogênea pelo território estadual, mantendo portanto, a histórica concentração demográfica na capital.

Assim, Boa Vista é o principal centro urbano consolidado do estado. Segundo a última contagem da população, realizada pelo IBGE em 2007, dos 395.725 habitantes do estado, 249.853 vivem na capital, ou seja, cerca de 63% da população estadual. Concentra também boa parte da estrutura de serviços públicos e privados e as atividades econômicas. É para a capital que convergem parte expressiva das expectativas de naturais e de migrantes; é o centro irradiador administrativo, político, econômico e cultural. Por isso, Boa Vista explicita uma espécie de síntese da sociedade e da realidade regional, propiciada pela pluralidade e diversidade de contatos, encontros e situações, fato que a torna muito fecunda do ponto de vista da pesquisa social e histórica.

O projeto de pesquisa teve como objetivo geral fazer um levantamento quantitativo e qualitativo das migrações para Boa Vista, visando a constituição de um perfil dos migrantes indígenas e não indígenas que residem atualmente nos bairros Cauamé,

Senador Hélio Campos e Raiar do Sol. Os objetivos específicos nortearam nosso trabalho para a configuração de quadros sociais que possibilitassem uma avaliação da situação anterior e posterior à migração, quais sejam: classificar os migrantes pesquisados quanto à origem, destino, instrução, etnia, sexo, situação socioeconômica e cultural, contextualizando sempre o antes e o depois; identificar os tipos de redes sociais envolvidas nesse processo migratório; verificar como ocorre a inserção desses migrantes na sociedade boavistense; analisar como se dá a participação dos indígenas e mulheres migrantes na cidade de Boa Vista; analisar o que muda na vida dos migrantes com a experiência da migração.

Quanto à metodologia adotada, o trabalho se desenvolveu em duas grandes dimensões, definidas como Levantamento Quantitativo e Qualitativo. O Levantamento Quantitativo abrangeu duas fases executadas simultaneamente:

I- A primeira fase foi realizada uma coleta de dados e informações junto a alguns órgãos, instituições e entidades locais, visando fornecer elementos que permitissem identificar e avaliar a representatividade numérica tanto estadual quanto municipal dos migrantes, a procedência e a naturalidade dos migrantes em Roraima e Boa Vista e, ainda, dados mais gerais como sexo, faixa etária, escolaridade, profissão. Foram consultados o IBGE, a SETRABES e sua Divisão de Apoio ao Migrante-DAM, a SEMGEP, o INCRA, o CDDH.

II- Na segunda fase procedemos a elaboração do questionário e a definição de sua abrangência nos bairros pesquisados, seguida do trabalho de campo, ou seja, da aplicação dos questionários. Cumpre esclarecer que não foi determinada uma amostra do ponto de vista estatístico. Estabelecemos, no entanto, o seguinte parâmetro para o trabalho de campo: realização de duas visitas a cada bairro, ressaltando que as incursões foram realizadas em sua maioria por uma dupla de pesquisadores, a qual ficava responsável pela aplicação de 10 questionários. Em termos físicos, demarcamos a área de abrangência a partir da orientação de informantes da comunidade local, designados

pelo CAMIC, atual CMDH. Partindo de um ponto de apoio – em todos os três bairros um lugar onde se desenvolviam as atividades desta entidade – foram definidas as áreas a serem trabalhadas. Foram pesquisadas em média oito ruas por bairro em cada uma das visitas, nas quais nos detínhamos nos domicílios dos migrantes. Nos bairros Senador Hélio Campos e Raiar do Sol foram aplicados um número maior de questionários, por serem mais extensos e populosos.

Deve ser ressaltado que não houve uma definição prévia do número de questionários aplicados a indígenas e não-indígenas, tendo em vista que o cerne da pesquisa é o migrante, entendido como uma categoria global. Nossas opções metodológicas passaram pela certeza de que os processos e trajetórias migrantes de indígenas e não-indígenas possuem peculiaridades e particularidades, mas que também possuem características em comum, estas relacionadas em grande parte ao apelo e aos estímulos observáveis na cidade de Boa Vista. A partir da tabulação foram elaborados quadros demonstrativos para cada um dos itens abordados nas seções do questionário.

O Levantamento Qualitativo abrangeu todo o trabalho de análise e interpretação dos dados e informações obtidas através das várias fontes. Inclui seis entrevistas orais gravadas, assim distribuídas: três no bairro Senador Hélio Campos; duas no Raiar do Sol; uma no Cauamé. A escolha dos migrantes entrevistados nessa etapa se deu a partir das várias avaliações feitas pelo grupo, o qual selecionou em cada bairro os possíveis narradores, que seriam contactados e sensibilizados para a gravação. Foram tomados como critérios a riqueza de situações vividas decorrentes da migração e a disposição de se expor, na medida em que todos os entrevistados foram informados que seriam solicitados a “contar” a sua história de maneira detalhada e aprofundada. Essas entrevistas, portanto, cumpriram um duplo papel neste trabalho: são importantes documentos que nos forneceram dados, informações, intuições e indagações; são registros exemplares que apontaram para a pluralidade e a multiplicidade de trajetórias e situações que devem ser levadas em conta

quando se trata da questão migratória em Boa Vista e em Roraima.

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DE BOA VISTA

O município de Boa Vista se localiza na porção nordeste do estado de Roraima, em uma área de campos naturais, chamada regionalmente de lavrados. É a cidade mais antiga do estado de Roraima, fundada em 1890, e seus primeiros habitantes foram os índios e os migrantes, principalmente os de origem nordestina, atraídos pela pecuária e pelo extrativismo. Desde o século XVIII, a ocupação da região foi comandada pelo poder público, sendo que a intensificação do povoamento e das migrações se dá no século XX. A partir de 1943, ano da criação do Território Federal do Rio Branco, consolida-se o seu papel como centro político-administrativo e econômico, reforçando a histórica concentração populacional.

No período de 1950 a 2000, a população do estado de Roraima cresceu de forma espetacular, saltando de 17.247 habitantes para 324.397 habitantes respectivamente (PLANO DIRETOR, 2005, p.10). As migrações foram as principais responsáveis por esse crescimento demográfico impressionante, concentrado grande parte em Boa Vista. Nas últimas três décadas houve um incremento tanto das migrações de outros estados para Roraima, quanto dos deslocamentos do interior do estado para a capital, seguindo uma tendência amazônica de inversão crescente entre a população urbana e rural.

A cidade vem crescendo de maneira desordenada e desigual. De acordo com o diagnóstico elaborado pelo Plano Diretor de Boa Vista, em decorrência desse processo de urbanização rápida e intensa, multiplicaram-se os bairros periféricos sem as mínimas condições de habitação e ocorreu uma ocupação desenfreada de áreas de proteção e de risco ambientais. Com o crescimento da população e do número de bairros, houve um aumento da demanda por serviços públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, transportes, entre outros, e os índices de

desemprego e informalidade alcançaram patamares elevados. Uma das conseqüências mais perversas desse crescimento foi aumento da migração de indígenas para a capital, sendo os principais motivos para o deslocamento a busca por melhor instrução, seguido pela busca por oportunidades de trabalho.

O papel de principal centro urbano regional e o crescimento da população de Boa Vista, registrado nas últimas duas décadas, fez crescer a demanda por serviços públicos. O grande número de crianças e jovens, segundo o IBGE cerca de 48% da população, faz com que as áreas de saúde e educação sejam estratégicas, porém nem sempre prioritárias.

Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que Boa Vista é uma cidade pobre, na qual cerca de 58% da população vive abaixo da linha de pobreza. O setor público federal, estadual e municipal é o principal empregador, seguido pelo setor de serviços e o comércio. A renda mensal média *per capita* é baixa, ficando entre um e três salários mínimos, representando um poder aquisitivo e uma capacidade econômica baixa. Dos demais setores produtivos, a indústria é pouco desenvolvida, tendo um baixo poder de absorção de mão-de-obra. Já a agropecuária vem crescendo nos últimos tempos, tendo expressão a “produção de arroz irrigado, além da soja, da fruticultura e produção de hortaliças nas proximidades de Boa Vista” (PLANO DIRETOR, 2005, p.15). A exemplo de outras regiões, a expansão das lavouras do arroz e da soja não diminuiu o abismo existente entre os mais ricos e os mais pobres, por outro lado intensificou os conflitos fundiários, pois avançaram sobre as terras devolutas e terras indígenas.

Segundo o Plano Diretor de Boa Vista, “a estrutura urbana de Boa Vista tem como principal característica a elevada segregação espacial, fruto de um processo de expansão impulsionado pela implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos”, muitos deles localizados em áreas afastadas do centro e/ou em “áreas ambientalmente frágeis” e inadequadas para a ocupação. A área central ainda concentra boa parte das repartições públicas, o centro comercial tradicional e parte expressiva da rede bancária. Nota-se o incremento dos

núcleos comerciais em alguns bairros, inclusive com abertura de filiais de algumas grandes lojas e de agências bancárias.

Todos os bairros da cidade são eminentemente residenciais. Observa-se que muitos imóveis têm uso misto (residencial/comercial), o que se deve, em muitos casos, à natureza informal da atividade econômica. Segundo a Prefeitura, na última década tem sido intensificada “a implantação de equipamentos urbanos (redes de água, revestimentos das ruas, iluminação pública, tratamento paisagístico das praças, entre outros), o que tem alterado a paisagem dos bairros populares” (PLANO DIRETOR, p.18). Acredita-se, entretanto que ainda há muito que fazer, haja vista a avaliação dos bairros feita pelos nossos entrevistados, a qual não abordaremos neste artigo.

OS BAIRROS PESQUISADOS

Nesta seção apresentamos um breve histórico dos bairros a partir do material coletado pela SEMGEP, em 2001, por meio de entrevistas com lideranças comunitárias e antigos moradores dos bairros. Buscamos, principalmente, o processo de implantação e ocupação desses bairros, a situação das organizações comunitárias e as principais conquistas e necessidades atuais.

O bairro *Senador Hélio Campos*, antes denominado Pintolândia IV em homenagem ao governador Ottomar Pinto, foi por ele implantado em 1995, em uma área da Diocese de Roraima adquirida pelo governo do estado em 1990, com a justificativa de minimizar o problema das famílias sem moradia. Segundo o apurado pela SEMGEP essa necessidade habitacional deveu-se à migração de famílias de outros estados, principalmente do Maranhão e Piauí, que para cá vieram em busca de melhores oportunidades de trabalho, influenciados por parentes que aqui estavam e que haviam sido beneficiados com terrenos e materiais de construção.

Conforme relatam os moradores a área era um “lavrado de murici” – árvore nativa da região. Os moradores limpavam seus terrenos e depois construíram suas casas de alvenaria ou de madeira. Segundo os moradores mais antigos,

não existia água encanada, energia elétrica e nenhuma assistência, afirmando que o problema da água ainda existe, pois a maioria das casas só é abastecida à noite. Contam que foram os moradores, em regime de mutirão, que em 1998 cavaram as valas para que a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER realizasse a canalização da água. O período de 1996-97 marcou a expansão da área com várias conquistas, principalmente energia elétrica e transporte coletivo, que circulava na rua N-21 e atraiu mais pessoas para o bairro.

A primeira iniciativa de formar uma associação da comunidade deu-se em 1998, com a constituição jurídica da Associação dos Moradores do Pintelândia IV. Essa pioneira forma de organização da comunidade levou à constituição de outras associações e agremiações como: Associação dos Produtores Rurais – 1998; Grupo de Jovem Geração Forte – 1998; Associação das Donas de Casa – 1998, dentre outras.

As lideranças que prestaram as informações à SEMGEP acreditam que, apesar da existência de várias organizações sociais, a ausência de parcerias entre elas, aliada ao descrédito da população e à falta de recursos para existência e manutenção de projetos, faz com que seja mais difícil atingir os objetivos a que se propõem: contribuir efetivamente para a melhoria de vida no bairro.

O bairro conta com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Sônia de Brito Oliva, inaugurada em 1998, e um posto de saúde em construção, iniciada pelo Governo do Estado. O atendimento às crianças em fase pré-escolar ainda é precário, pois as creches existentes são particulares e a maior parte das famílias não tem condições de pagamento.

Segundo os entrevistados pela SEMGEP, as prioridades para o bairro são as seguintes: implantação de creches e pré-escolas públicas e expansão do Ensino Fundamental; instalação de um reservatório com água tratada; melhoria dos serviços básicos como abastecimento de água, saneamento básico, pavimentação e limpeza das ruas, coleta de lixo, melhoria do transporte coletivo e da rede telefônica e instalação de agência do Correio.

Como pessoas que já tiveram experiência com o trabalho comunitário, acreditam que a melhor forma de estabelecer um trabalho de parceria com o poder público é por meio do fortalecimento da associação existente e de outras instituições do bairro (igrejas, escolas, etc.), para discussão dos problemas e levantamento de alternativas para resolvê-los ou mesmo minimizá-los.

A implantação do bairro *Raiar do Sol* se inicia em meados de 1994, organizada por lideranças que invadiram uma área de lavrado aberto e livre para famílias com necessidade de moradia. As lideranças comunitárias entrevistadas lembraram que os primeiros invasores foram cinco famílias que participaram de uma grande invasão no bairro Calungá e que não conseguiram lotes. Os primeiros ocupantes do Raiar do Sol residiam em outras áreas da capital, em casas alugadas ou cedidas por parentes ou amigos.

O nome do bairro foi escolhido pela comunidade e incorporada pelo poder público. Uma das lideranças ouvidas explica que ao “escolher o nome do bairro eu pensei: 'sol' é uma coisa muito grande, aí eu pensei, no sol”.

O início da ocupação foi muito difícil, devido à falta de infra-estrutura, principalmente a falta de luz. Organizaram-se para resolver o problema de forma imediata: “... a nossa briga era sair do escuro... no natal de 1995 compramos 10 bolas de arame farpado e fizemos a famosa 'cerca no ar', na época saiu até no 'Amazonas' e isso chamou a atenção da Eletronorte para a luz no bairro”. Outra conquista importante da comunidade foi o transporte coletivo, pois havia um morador que era motorista da empresa Cascavel e conforme conta o narrador “... um dia eu conversando com ele, disse: diz para o seu patrão que a Cascavel fez reunião com os moradores ela vai entrar aqui. Foi rapidinho e elas autorizaram entrar no bairro”.

Para buscar benefícios para a comunidade e para lutar pela legalização da invasão em junho de 1995, foi organizada a Associação dos Moradores do Raiar do Sol, seguida por outras entidades como a Casa de Apoio à Criança e Mãe Carente, 1997; a Associação de Famílias Carentes, organizada em 1998, formalizada em

1999; o Clube de Mães Sol Nascente, em 1999 e formalizado em 2000; a Associação Comunitária dos Bairros Raiar do Sol I e II, organizada em 1997 e formalizada em 2000; a Associação das Donas de Casa, em 1997 e formalizada em 2000; a Associação dos Idosos do Bairro Raiar do Sol, em 2001.

Apontam como fruto dessa organização as seguintes conquistas: normalização da energia elétrica – 1996; água encanada – 1996; transporte coletivo – 1996; orelhão comunitário – 1996; asfaltamento da Avenida Estrela Dalva – 1996, Escola Estadual Wanda David Aguiar – 1997; Escola Brilho do Sol – 1997 (particular mantida pelo governo); agência postal – 2000.

Contudo, foram bastante críticos em relação às atuações recentes das associações comunitárias, quando afirmam que não estão desenvolvendo seu papel principal, que é buscar a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no bairro, pois “... estão paradas, porque está faltando principalmente apoio. Tem que ter apoio de alguém e nós não temos de ninguém”. Afirmam também que o enfraquecimento da associação se dá pela pouca participação da população, “por acomodação”. Outros fatores são a falta de autonomia da associação em relação ao governo municipal ou estadual e divergências políticas existentes entre elas.

Na opinião dos líderes ouvidos, as principais necessidades do bairro são: a implantação de creches e do pré – escolar; Escola de Ensino Médio; pontes nos igarapés; saneamento básico; centro de saúde; praças e áreas de lazer esportivo; iluminação pública; melhoria da limpeza pública e do transporte coletivo.

No bairro *Cauamé*, as lideranças comunitárias ouvidas pela SEMGEP, informaram que as primeiras ocupações ocorreram em 1990, com a construção de “barracos de blocos” por quatro famílias. Posteriormente, com autorização informal do prefeito da época, o Exército construiu novos barracos para acolher famílias desabrigadas do bairro Canaã, que perderam suas casas devido a uma grande enchente.

Antes disso, informaram que boa parte da área do bairro era uma fazenda de propriedade de Senhor Barrada, que negociou

uma parte das terras como pagamento de dívidas junto à prefeitura, vendendo o restante a uma imobiliária para loteamento. A área incorporada pela prefeitura foi doada às famílias carentes através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, que cadastrava as famílias, através de um levantamento feito pelos assistentes sociais, para verificar se eram carentes e assim receber um lote. As partes mais próximas à BR174, foram loteadas e vendidas a longo prazo pela Imobiliária Francisco Viana, entre 1993 e 1994.

Contam que uma das características da formação do bairro Cauamé é a procedência das famílias, “que apesar de terem vindo de outros estados do país, já moravam no município de Boa Vista de aluguel ou em áreas invadidas e compraram um lote ou o receberam através de doação para construção de suas moradias”.

O bairro tomou emprestado o nome do rio existente no local, o Cauamé. Os moradores contam que no início da ocupação passaram por muitas dificuldades: “... quando chegamos aqui, sem nenhuma infra-estrutura e em situação habitacional precária, tudo foi muito difícil, a luz era puxada clandestinamente do bairro vizinho; a água, a mesma coisa; as casas eram de taipa e outras cobertas de lona plástica...”.

A primeira iniciativa de organização da comunidade aconteceu em 1991, com a constituição jurídica da Associação Comunitária do Bairro Cauamé. As lideranças ouvidas explicam que existem outros grupos organizados no bairro, como o Grupo de Capoeira, a Quadrilha Macedão e as Igrejas Evangélicas, que realizam visitas domiciliares e ajudam as famílias carentes. Afirmam que já conquistaram muitas coisas desde o início do bairro como: a canalização da água e a regularização da energia elétrica, a implantação de escola municipal e escola estadual e asfaltamento de ruas.

No entanto, reconhecem que a influência de fatores políticos externos à comunidade afetam o bom desempenho das funções da Associação, que deixa de ser comunitária e passa a atender às prioridades do governo, distanciando-se e afastando os moradores. No ato da entrevista apontaram as principais

necessidades do bairro: saneamento básico; cursos profissionalizantes e áreas de lazer, para os jovens; segurança; ações contra o mosquito da dengue e carapanã; construção de creche. Afirmaram que são obrigações da comunidade: a organização e união; o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU; o zelo com a limpeza pública.

OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO: PERMANÊNCIAS E AS MUDANÇAS

De acordo com a metodologia explicitada acima, foram aplicados 330 questionários nos três bairros pesquisados, assim divididos:

Bairros/ Questionários	Senador Hélio Campos	Raiar do Sol	Cauamé	TOTAL
Homens	47	44	34	125
Mulheres	91	61	53	205
Total	138	105	87	330

Quadro 1: Total de Entrevistados. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

O questionário aplicado foi dividido em sete grupos de informações. O primeiro grupo de informações **identifica** os migrantes entrevistados, através de informações de cunho pessoal. O segundo grupo aborda as informações relativas à **procedência**, ou seja, a situação no último lugar de moradia antes da chegada à Boa Vista. O terceiro grupo, denominado **situação migratória**, engloba informações relativas à decisão e aos motivos para migrar, assim como a existência de redes sociais de informação e cooperação. O quarto grupo trata da **experiência migratória**, isto é, do percurso e da trajetória migratória, a fim de configurar a migração direta ou por etapas, os lugares onde o migrante morou antes de chegar à Boa Vista e a ocorrência da migração familiar ou não. O quinto grupo de informações aborda a **situação atual** dos entrevistados, contendo os mesmos itens abordados no segundo grupo, para que se estabeleçam comparações entre o antes e o depois da migração, e outras informações tais como principais problemas

enfrentados na atualidade e significado da migração. O sexto grupo tem como objetivo uma abordagem mais aprofundada da situação da mulher na migração, buscando configurar as **relações de gênero**. O sétimo, e último grupo, volta-se para o bairro, buscando a opinião dos moradores migrantes sobre as **condições de vida no bairro**.

As informações coletadas foram tabuladas respeitando a organização em grupos de informações. A fim de facilitar a abordagem das informações relativas a homens e mulheres, foi adotado um formulário de tabulação para cada um dos dois segmentos. Cada questão proposta foi transformada em um quadro. Algumas informações são apresentadas na íntegra, por meio de quadros ou gráficos, tendo em vista o seu grau de importância no entendimento do problema, conforme estabelecido em várias discussões feitas pela equipe técnica do projeto. As informações contidas nos outros quadros tabulados são abordadas total ou parcialmente ao longo do texto.

IDENTIFICAÇÃO

O Gráfico 1 apresenta os vinte e dois locais de nascimento informados pelos entrevistados, sendo vinte e uma unidades federativas e um país estrangeiro. Nele observamos a superioridade numérica dos estados do Maranhão, Pará e Amazonas, respectivamente, como origem dos migrantes pesquisados. Todos os outros locais apontados possuem uma representatividade muito aquém, não se observando grandes variações de um para outro.

O Gráfico 1 está de acordo com as informações consolidadas do IBGE e de outros órgãos que historicamente registram a forte presença de uma migração intra-região Amazônica (Amazônia Legal). O cruzamento das fontes permitiu constatar outra característica histórica da ocupação da região amazônica e do estado de Roraima, que é a existência de migrantes naturais de todas as regiões do país. Ressalta-se que para Roraima deve-se levar em conta, como diferencial, os migrantes de origem maranhense, nos períodos mais recentes.

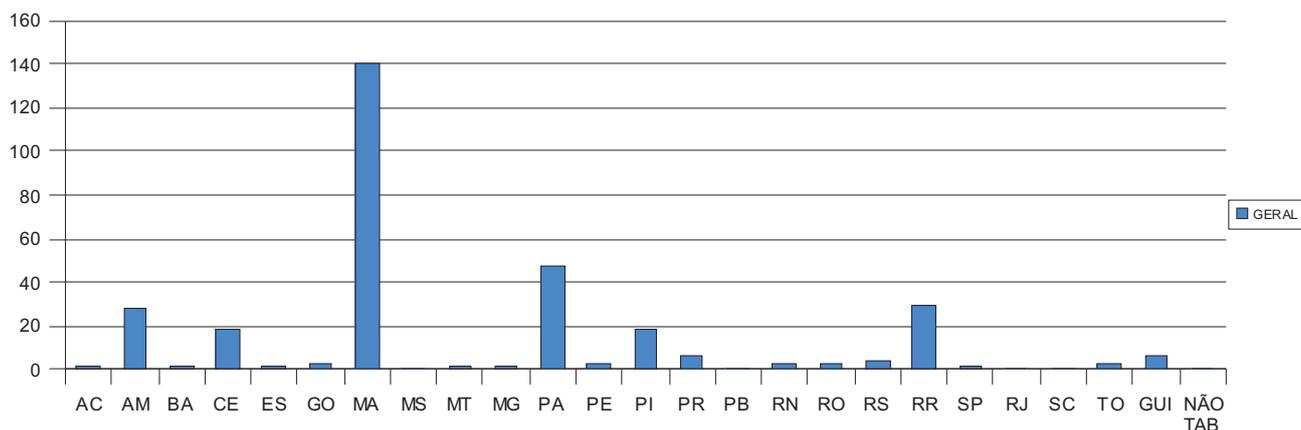


Gráfico 1: Local de Nascimento. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

Unidades da Federação	ENTRADAS		Dif. Rel.(%)	SAÍDAS		Dif. Rel.(%)	SALDO	
	1991	2000		1991	2000		1991	2000
TOTAL	883.510	823.507		778.191	891.901		105319	-68394
Rondônia	127.061	83.325	-34,4	94.462	72.735	-23,0	32599	10590
Acre	12.979	13.634	5,0	14.343	16.070	12,0	-1364	-2436
Amazonas	59.366	89.627	51,0	44.286	58.657	32,5	15080	30970
Roraima	35.347	47.752	35,1	6.694	14.379	114,8	28653	33373
Pará	212.436	182.043	-14,3	183.195	234.239	27,9	29240	-52195
Amapá	23.641	44.582	88,6	7.147	15.113	111,4	16494	29469
Tocantins	82.326	95.430	15,9	71.805	82.515	14,9	10521	12915
Maranhão	103.448	100.816	-2,5	237.927	274.469	15,4	-134479	-173653
Mato Grosso	226.906	166.299	-26,7	118.332	123.724	4,6	108574	42575

Tabela 1: Entradas, saídas e saldos migratórios segundo Unidade da Federação Amazônia Legal. 1986/1991 e 1995/2000. Fonte: IBGE/RR. Censos 1991 e 2000.

Pode-se inferir que o intenso movimento intra-regional vincula-se a duas ordens de fatores: um, aponta para o processo de modernização recente, que cria elementos de atração diferenciados; outro, refere-se ao processo de esgotamento das possibilidades em várias áreas amazônicas, o chama. O cruzamento dos dados sobre origem com os dados coletados pelo IBGE, apresentados na tabela abaixo, mostra bem a intensidade e a constância dos deslocamentos intra-regionais.

Na tabela 1 pode-se verificar bem a questão do “fechamento” da fronteira, e de que forma os “picos” de progresso interferem nos deslocamentos. Pode-se dizer que esses surtos de progresso estão vinculados à processos diversos, destacando-se aqueles ligados ao processo de modernização e de avanço das relações de produção capitalistas e aqueles vinculados à estagnação e à falência das atividades tradicionais.

Quando observamos os dados do IBGE em relação as diferenças entre as entradas e as saídas nas unidades federativas que compõem a Amazônia Legal, de uma década para outra, as áreas que sofreram um intenso assédio ao longo das décadas 1970 e 1980, como Pará, Rondônia e Mato Grosso, apresentam percentuais maiores de entradas de migrantes no primeiro período censitário e declínio no segundo, configurando-se uma diferença relativa negativa entre eles. Em relação às entradas observa-se o inverso, ou seja, diferença relativa positiva. Nota-se que os valores de saídas registrados para o Maranhão são os maiores da série e que para Roraima os índices seguem positivos, registradas as elevações expressivas no saldo migratório.

As informações acima (Tabela 1) também nos dão suporte para analisar os período em que a migração para os bairros pesquisados foi mais intensa, demonstrada no gráfico abaixo.

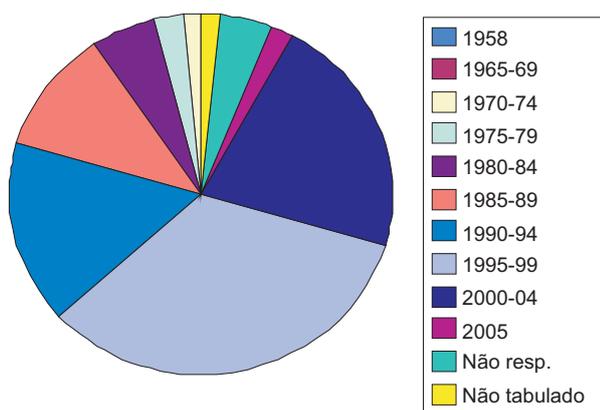


Gráfico 2: Data da Chegada à Boa Vista. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

Os anos 1980 foram um marco no crescimento demográfico de Roraima e de Boa Vista. A partir da transformação de território federal em estado, em 1988, esta tendência de crescimento se consolida. No entanto, segundo estudo do IPEA, as capitais amazônicas são lugares que atraem um número elevado de migrantes. Neste sentido, Boa Vista situa-se, em 1991, numa faixa de imigração de 15 a 25%. A contagem de 1996 situa Boa Vista em uma faixa inferior, entre 10 a 15%, seguindo um padrão de perda do poder de atrair imigrantes verificável em toda a região (SUDAM/PNUD, 2000).

Nota-se no Gráfico 2 que o período de 1990 a 2000 registra intenso fluxo de chegada de migrantes nos bairros pesquisados. Acredita-se que a década de 1980, tão expressiva em termos migratórios em função do surto garimpeiro e da abertura de grandes projetos de assentamento no sul do estado (Barros, 1995), tenha sobre a composição da população dos três bairros um efeito residual, ou seja, absorveu migrantes que já viviam em outras áreas da capital e migrantes que abandonaram o interior do estado.

A expressividade do período 1990-2000 pode ser explicada através dos históricos dos bairros, que apontam a sua origem mais recente. Os três estão localizados na faixa de expansão da cidade, na Zona Oeste, e têm processos de formação bem diferenciados. O Senador Hélio Campos faz parte da expansão do complexo Pintolândia, incluindo o Conjunto Cidadão. O bairro Raiar do Sol é produto de invasões, da qual participaram moradores de outros bairros e

novos migrantes, sendo possível observar duas faixas distintas de ocupação, uma mais estruturada que a outra. Já o Cauamé tem uma ocupação em faixas diferenciadas, tendo em vista que passou por três etapas bem definidas: a do loteamento Bom Futuro (área mais próxima à BR174), a do assentamento de várias famílias desalojadas de outras áreas e a das invasões, na parte mais próxima ao Igarapé.

Segundo o Censo 2000, a população urbana de Boa Vista era de 197.298 habitantes, sendo 98.356 homens e 98.742 mulheres. A Zona Oeste, onde se localizam os três bairros pesquisados é a mais populosa, concentrando 32 dos 48 bairros da capital. Nos últimos anos ocorreram algumas invasões na área, que geraram novos bairros. O Censo atribuiu à Zona Oeste 152.062 moradores, dos quais 75.517 são homens e 75.545 são mulheres, algo em torno de 78% da população urbana de Boa Vista. Os bairros pesquisados correspondem a 7,6% da população residente na capital e a quase 9,8% da população da Zona Oeste.

Bairros	Homens	Mulheres	Total
Senador Hélio Campos	3.805	3.487	7.292
Raiar do Sol	1.413	1.342	2.755
Cauamé	2.426	2.379	4.805
Soma	7.644	7.208	14.852

Quadro 2: População Residente nos Bairros Pesquisados - 2000. Fonte: Censo Demográfico 2000.

Segundo levantamento da SEMGEP realizado em 2005, a população dos bairros pesquisados era a seguinte: **Senador Hélio Campos: 17.627** habitantes; **Raiar do Sol: 4.117** habitantes; **Cauamé 5.590** habitantes (Arquivo SEMGEP). Em relação aos dados do Censo 2000, observa-se um aumento na população dos três bairros, destacando o Senador Hélio Campos, que pode ser atribuído em parte à implantação do Conjunto Cidadão.

É importante destacar que muitos migrantes moraram em outras áreas da capital antes de se estabelecerem nos bairros enfocados. Não são raros os relatos de várias mudanças e de vários tipos de vínculos habitacionais, como por exemplo, moradia cedida, com parentes e invasões, assim como

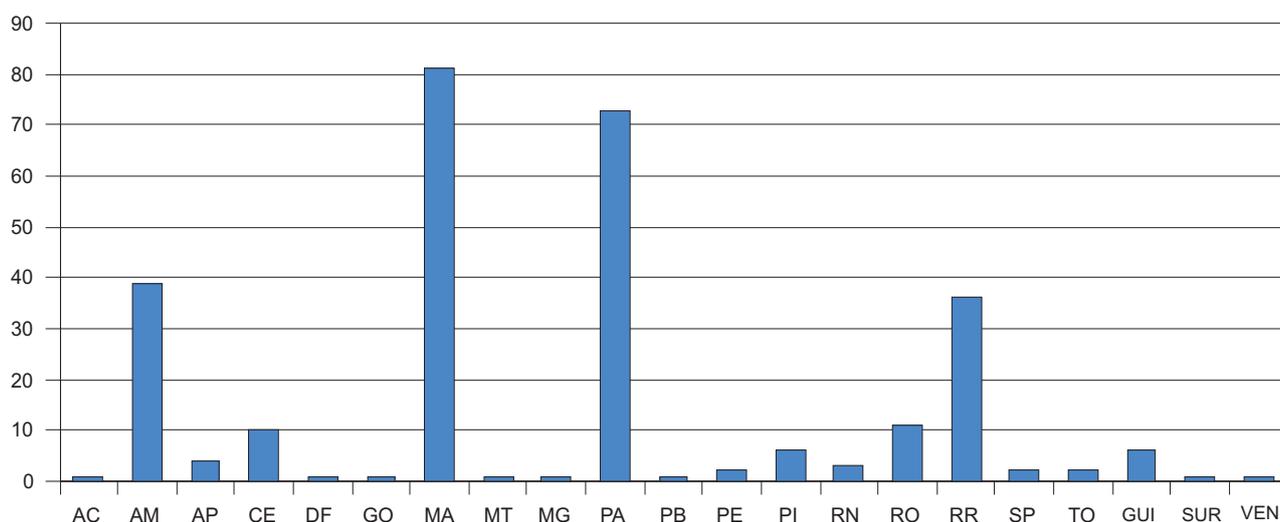


Gráfico 3: Procedência - Último Lugar que Morou.

Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

comentários sobre as possibilidades oferecidas naquelas áreas, como lotes maiores a preços mais baixos.

O histórico dos bairros e as entrevistas também permitiram afirmar que a sua formação comportou várias formas de acesso aos terrenos, destacando-se a doação, a compra e a invasão. Em nosso trabalho no bairro observamos que existem ainda muitos terrenos vazios ou abandonados, que o comércio de imóveis não é desprezível (o que pode ser visto também nos classificados dos jornais) e que existem muitos imóveis semi-construídos habitados e abandonados.

Cotejando os dados acima, observa-se que o movimento de entrada de pessoas na capital se mantém praticamente constante, mesmo que alguns fatores de atração possam ser relativizados, como a distribuição de lotes urbanos que decresceu sensivelmente nos últimos cinco anos. Determinadas práticas usuais em outras épocas, como a abertura de novos bairros, como o caso das Pintolândias, vêm sendo substituídas pela regularização fundiária urbana, também decorrente do crescimento das invasões. Neste aspecto fala-se na existência de uma “indústria” da invasão em várias áreas da cidade, fato destacado informalmente por alguns dos nossos entrevistados. Existem hoje várias invasões nas áreas adjacentes aos bairros pesquisados.

Pode-se dizer que esse movimento constante de migrantes tem algumas caracterís-

ticas bem próprias, inscritas, contudo, na dinâmica amazônica. O Gráfico 3 registra o intenso deslocamento intra-regional, quando mostra que boa parte dos entrevistados procede dos estados do Maranhão, Pará, Amazonas e de áreas do interior de Roraima.

Destaca-se ainda a indicação de três países, que pode ser assim explicada: primeiro, pelo fato de fazerem fronteira direta com Roraima, no caso da Guiana e da Venezuela, e no caso do Suriname, que faz fronteira com o Amapá, por integrar um corredor migratório cujo ponto de partida é o Pará, historicamente a porta de entrada dos nordestinos para a Amazônia; segundo, pelo fato de existirem áreas de garimpo nas regiões fronteiriças desses três países.

Se comparado ao Gráfico 2, Local de Nascimento, fica claro que muitos migrantes passaram por outras áreas antes de Roraima. Tomando o Maranhão, o estado que mais fornece migrantes para Roraima e, também, para os bairros pesquisados, observa-se que o número de naturais daquele estado excede muito o número de pessoas que apontaram o Maranhão como local de procedência, como se vê no Gráfico 3. Por outro lado, nota-se que os estados do Pará, Amazonas e outras áreas de Roraima apresentam um número maior no que diz respeito a procedência.

A chamada migração por etapas explicita-se por um percurso migratório caracterizado por inúmeras tentativas,

Bairro Informação	Senador		Raiar do Sol		Cauamé		Total			
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Geral	%
SIM	37	13	21	13	30	20	88	46	134	41
NÃO	53	34	39	30	24	14	116	78	194	59

Quadro 3: Migração Direta do Local de Origem para Boa Vista.

Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

traduzidas na passagem por vários lugares. Isso não é um fato novo em Roraima, tendo em vista que já no período do *boom* da borracha (virada do século XIX para o XX) muitos migrantes chegaram ao estado depois de passarem por outras áreas amazônicas. Corroborando este fato, nos dados coletados, foi apontado um número expressivo de locais de procedência (Gráfico 3), assim como um número menor de migrantes que vieram direto de seu local de origem para Boa Vista.

Como se observa no quadro abaixo, 59% dos entrevistados passaram por outras áreas antes de se estabelecerem na capital. Cotejando esse dado com o Gráfico 3 verifica-se que os locais de procedência se concentram no Maranhão, Pará, Amazonas e Roraima (áreas do interior), seguidos de longe por outros estados da Amazônia Legal, pelo Piauí e pelo Ceará.

Para esses estados mais indicados, infere-se que o deslocamento pode ter sido suscitado pela difícil condição de vida no meio rural e nas pequenas e médias cidades do interior. Muitos abandonaram seus lotes ou as propriedades familiares para ir em busca de outras áreas no próprio estado ou em outros, fato que também será visualizado quando abordarmos a natureza da renda familiar no local de procedência, onde aparecem índices expressivos para a atividade rural.

No caso de Roraima e do Maranhão, ressalta-se o alto percentual de colonos que abandonaram seus lotes nos projetos de assentamento, em função do isolamento e da falta de incentivo e condições para a produção. No caso dos maranhenses entrevistados encontramos vários procedentes da região do Zé Doca e adjacências, onde se localizavam grandes projetos de assentamento empreendidos pela extinta SUDENE.

Junto a isso, muitos dos nossos entrevistados, nas conversas durante a aplicação do

questionário, mencionaram a prática da migração por etapas. Verifica-se, contudo, que as áreas de procedência mais apontadas são frentes de expansão do capitalismo e que constituem a chamada fronteira agrícola nacional, ou seja, as áreas consideradas “vazias”, a povoar e a integrar, ou ainda, consideradas áreas de terras disponíveis e de fácil acesso. Algumas dessas áreas, notadamente no Pará, Mato Grosso e Rondônia são também áreas de ocorrência ou de influência de garimpos, de projetos ou programas de assentamento em pequenas propriedades ou de projetos econômicos de grande vulto, onde se verifica também intenso processo de urbanização, fato que se constitui em forte atrativo.

No entanto, estas são também as áreas nas quais verifica-se o já mencionado fenômeno do “fechamento da fronteira”, que se traduz de forma aguda no esgotamento das possibilidades de absorção e inserção da população local e dos migrantes. Na literatura sobre a Amazônia são notáveis os estudos que remetem a esse fato, inclusive aqueles que abordam os fortes conflitos decorrentes das situações de exclusão e de exploração dos trabalhadores, as quais colocam a migração como uma estratégia de sobrevivência e/ou como possível solução dos impasses criados pelo deslocamento anterior.

Interfere ainda na decisão de migrar mais uma vez a intensa rede de comunicação que se estabelece entre os migrantes, aspecto bastante analisado na literatura sobre migração. A existência de redes sociais, as quais envolvem parentes, amigos, etc, difundem informações e incentivos de vários tipos. Essas teias se espalham por toda a Amazônia, interligando as regiões mais difíceis por carta, telefone, pelo rádio, pelas conversas dos que vêm visitar.

Em nosso levantamento cerca de 38% dos entrevistados apontaram a influência

dessas informações e o recebimento de ajuda para empreender o deslocamento. Observou-se que a grande maioria foi ajudada por membros da família que migraram antes, o que é fato recorrente nas migrações e em especial na nordestina, um “puxa” o outro, levando, por vezes, ao deslocamento de toda a família.

É digno de nota também o item “governo”, que em sentido amplo engloba vários tipos diferentes de ajuda, sendo identificadas principalmente: passagem fornecida por políticos e intermediadas por parentes ou amigos; aliciamento direto, fato esse muito comentado na sociedade local, mas pouco documentado. Somente dois entrevistados no bairro Cauamé falaram abertamente do assunto, fato que é compreensível tendo em vista que muitos não querem se comprometer, por acharem esta situação vexatória, ou por ainda manterem estreitos vínculos político-eleitorais, ou por não terem lidado diretamente com o agente político.

Entretanto, nas observações realizadas no momento da aplicação dos questionários, ficou claro que muitos de nossos entrevistados não conseguiam identificar claramente a intermediação de agentes políticos, não explicitando em suas respostas. Provavelmente isto se dá porque essas “ajudas” podem adquirir formas muito variadas e criativas, camuflando os fatos e as reais intenções, principalmente no período de 1985 a 1999, que coincide com a montagem e consolidação da estrutura político-administrativa e eleitoral do estado de Roraima.

Na decisão de migrar prevalecem os fatores que apontam para a possibilidade de prosperidade e/ou de mobilidade social. O principal motivo apresentado para a migração por expressiva maioria dos entrevistados foi a busca por uma “melhor condição de vida e de trabalho”, o que não surpreendeu. Deve ser ponderado que no processo migratório se estabelece sempre uma via de mão-dupla, ou seja, existem sempre dois lugares com situações socioeconômicas diferentes, mas que em um dado momento histórico se aproximam, convergem, estabelecendo uma relação de complementaridade e de interação, que enseja a realização dos deslocamentos. Boa Vista, portanto, se colocava e ainda se coloca como uma área em

expansão, em oposição a outras áreas saturadas, esgotadas em suas possibilidades ou, ainda, “fechadas” à expansão.

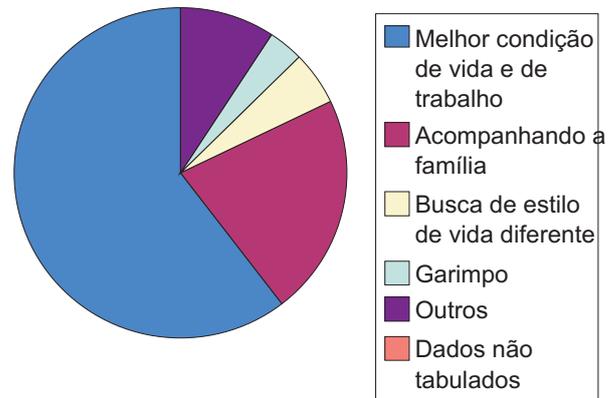


Gráfico 4: Decisão de Migrar - Principal Motivo.

Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

Neste aspecto, pode-se dizer que Boa Vista é uma cidade com alto poder de atração desde os tempos do antigo Território Federal. Barros diagnostica que Boa Vista na primeira metade da década de 1990 era “23 vezes maior que a segunda maior cidade do estado”. No entanto, segundo o autor “em comparação com outras cidades capitais brasileiras, tem dimensões modestas”. Apesar de algumas cidades do estado terem crescido bastante nos últimos anos, ainda hoje, na capital, existe uma desproporcional concentração da população, dos serviços (segurança, justiça, educação, saúde, burocracias setoriais), do comércio e demais atividades econômicas e financeiras, o que cria “um efeito cumulativo de difícil reversão”. Segundo o autor, essa primazia faz com que toda sorte de atividades desenvolvidas na fronteira mais setentrional do Brasil dependa quase que inteiramente de Boa Vista (1995, 148).

A expansão da cidade, portanto, obedeceu a um padrão historicamente consolidado, segundo o qual as “facilidades” se sobrepunham aos obstáculos. Referindo-se aos anos de 1990, Barros afirma que o acesso a casa e/ou ao terreno urbanos era “extremamente facilitado, devido aos contínuos projetos de residências populares do governo, a baixíssimo custo (as casas), e doação (grátis) de lotes urbanos na periferia da cidade” (1995, 149). Apesar de vir declinando nos últimos anos, este é seguramente um dos fatores de atração de migrantes, junta-

mente a outras iniciativas assistencialistas do poder público, algumas delas que vêm se repetindo há mais de duas décadas.

Voltando ao Gráfico 4, surpreende a pouca expressividade da alternativa *garimpo*, tendo em vista que o período de 1985-1990 corresponde ao *boom* do garimpo de ouro nas áreas indígenas, época em que Boa Vista teve um crescimento demográfico espetacular. Esta aparente contradição pode ser explicada de duas formas: primeiro, o tempo de existência dos bairros pesquisados; segundo, ponderando o item “acompanhando a família”.

Quanto aos bairros, todos os três são de origem recente, o que justificaria as poucas chegadas relacionadas ao garimpo. Sua fase de expansão e consolidação se deu ao longo dos anos de 1990, fase em que a garimpagem em terras indígenas já estava proibida. Segundo Barros, o garimpo no período recente trouxe uma massa volátil de migrantes que se foi. Neste contexto, “áreas da periferia, como lotes doados gratuitamente pelo poder público, foram freneticamente ocupadas por habitações no período recente do garimpo (1987-90)”. Verificaram-se também ocupações e invasões por toda a cidade, contudo, “antes que muitas casas ficassem prontas, a desarticulação do garimpo deixou centenas de habitações semi-acabadas e fechadas”, sendo que o preço dos imóveis urbanos declinou sensivelmente (Barros, 1995, 150-153).

Por outro lado, a desativação dos garimpos, trouxe muitas pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a atividade para Boa Vista, em busca de novas colocações ou para “dar um tempo”, na esperança da reabertura dos garimpos. Como já foi referido antes, acredita-se que os novos bairros que surgiram a partir daí receberam parte desse contingente populacional, tendo em vista as possibilidades de acesso facilitado.

Junto a isso, também podemos inferir que os entrevistados que informaram estar acompanhando familiares, vieram, em muitos casos, encontrar membros da família que já viviam em Boa Vista. Muitos vieram se juntar ao irmão, ao pai ou ao marido que já moravam em Roraima, ligados ao garimpo ou não. A partir dos relatos dos antigos moradores, a

SEMGEPI construiu históricos dos bairros, dando conta que muitos viviam em outros bairros da cidade e foram se mudando para os bairros mais novos.

O bairro Raiar do Sol começou a ser ocupado em meados de 1994, enquanto o Senador Hélio Campos surge por volta de 1995, e o Cauamé, em 1990. Neste sentido, o bairro Raiar do Sol é um bom exemplo, quando antigos moradores relembram:

“... que houve uma grande invasão no bairro Calungá e as famílias que não conseguiram seus lotes, acabaram sendo as primeiras invasoras (05 famílias) da área do Raiar do Sol. Os primeiros ocupantes da área residiam em outros bairros da cidade, em casas alugadas ou cedidas por parentes ou amigos e devido à falta de condições para pagamento das despesas com moradia e pela necessidade de sobrevivência, organizavam-se para ocupação da área” (Arquivo SEMGEPI).

As referências aos vínculos familiares aparecem também quando se analisa o percurso migratório dos entrevistados. Verificamos a expressividade da migração familiar. Esse aspecto pode ser analisado sob dois prismas: por um lado, relaciona-se a questão de gênero, observando que boa parte das mulheres apontou a opção “veio com a família”; por outro, liga-se às características do período de pico das migrações para Boa Vista.

Nos três bairros, a migração familiar prevalece, sendo que a diferença entre a resposta “sozinho” e “com a família” é mais expressiva no caso das mulheres. No bairro Senador Hélio Campos é de 18 para 74 para as mulheres e de 18 para 12 para os homens; no Raiar do Sol é de 09 para 51 para elas, e de 16 para 21 para eles; no Cauamé é de 09 para 39 para as mulheres e de 12 para 19 para os homens.

Na migração feminina é possível visualizar duas situações: o deslocamento juntamente com os filhos para encontrar o marido ou algum parente que aqui vivia ou,

ainda, a migração familiar, muitas vezes determinada pelo chefe da família, o marido ou o pai. Para os homens, a migração individual é mais expressiva, característica tradicional em outras épocas, lugares e migrações.

Uma outra explicação para a primazia da migração familiar está alicerçada na correlação entre o período de pico das migrações para Boa Vista, já observado no Gráfico 2, e a época da criação dos bairros. A década de 1990 foi o momento em que o garimpo – atividade que tradicionalmente atrai população masculina – não se colocava mais como uma alternativa efetiva de inserção e de mobilidade social. Os atrativos neste período estavam ligados às ações político-administrativas para a estruturação do novo estado, levando-se em conta que este período é pródigo em programas sociais de cunho assistencialista e eleitoreiro, como bem registra a manchete de um jornal boa-vistense: “Ottomar anuncia melhoria nas ruas da periferia, além da distribuição da Cesta do Natal e mais mil casas a serem doadas para os mais carentes”. Na matéria, o governador recém eleito explica: “é assim que vamos trabalhar com a comunidade, ela indicando o que fazer e nós trabalhando para melhorar a vida de cada um” (Folha de Boa Vista, 1991).

Neste sentido, Miranda afirma que “a partir de 1991, o Governo do Estado, por meio de políticas assistencialistas, passou intensificar planos de ação que serviram como atrativos de migrantes da zona rural para a capital”, concluindo que tal política continuou nos governos seguintes, o que ampliou os limites urbanos da capital, a chamada periferia, e incrementou o surgimento de novos bairros residenciais (Miranda, 2003: 32). Ou seja, no início dos anos 1990, o mote para a migração deslocou-se da riqueza fácil e da mobilidade social transitória e ilusória, intrínseca ao garimpo, para as atividades mais estáveis e duradouras, por meio das oportunidades de colocação geradas a partir da expansão do setor público e de serviços.

O QUE PERMANECE E O QUE MUDA COM A MIGRAÇÃO

Nesta parte do trabalho fizemos um estudo comparativo entre as informações sobre

a situação do migrante no local de procedência e a atual, com o objetivo de verificar o que mudou efetivamente na vida dos entrevistados em função do deslocamento. Para realizar esse comparativo dos dados, levamos em conta que os contextos de “antes” e de “agora” são bastante distintos no tempo e no espaço, o que implica conjunturas socioeconômicas igualmente distintas. Por outro lado, observamos que as situações de exclusão e de marginalização das relações sociais de produção nas várias regiões do país guardam sentidas semelhanças entre si, o que nos possibilitou produzir algumas generalizações. É bom lembrar que chamamos “procedência” o último lugar em que o entrevistado morou antes de migrar para Boa Vista e de origem o seu local de nascimento.

O item renda familiar é um dos mais eloquentes nesta parte do trabalho, tendo em vista as informações apuradas sobre as razões para migrar, cotejadas também com as informações sobre o significado da migração. Aqui os dados são apresentados por bairro, assim como mais abaixo os dados sobre significado da migração.

Em uma primeira análise fica claro que não ocorreram mudanças expressivas em termos de renda com a migração. Nota-se algumas pequenas alterações, como a observada no item atividade rural, o que já era esperado, tendo em vista que a migração foi empreendida para a capital, o centro mais urbanizado de Roraima. Nesse item, deve-se ressaltar que muitos dos entrevistados viviam em companhia dos pais ou da família extensa em pequenas e médias propriedades tocadas basicamente pelo trabalho familiar, o que justifica a sua expressão na configuração da situação de procedência. Por outro lado, a migração, seja individual ou familiar, desarticula esse modo de vida, justamente por que dele se deseja escapar, face as suas limitações e dificuldades.

A grande maioria dos entrevistados permaneceu nas faixas de renda mais baixas. Observa-se que houve um aumento em relação à situação anterior na faixa de renda de um salário mínimo nos três bairros, sendo mais significativa no Senador Hélio Campos, ou seja, naquele que apresenta uma realidade socioeconômica mais homogênea. Entretanto, nota-se pequenos

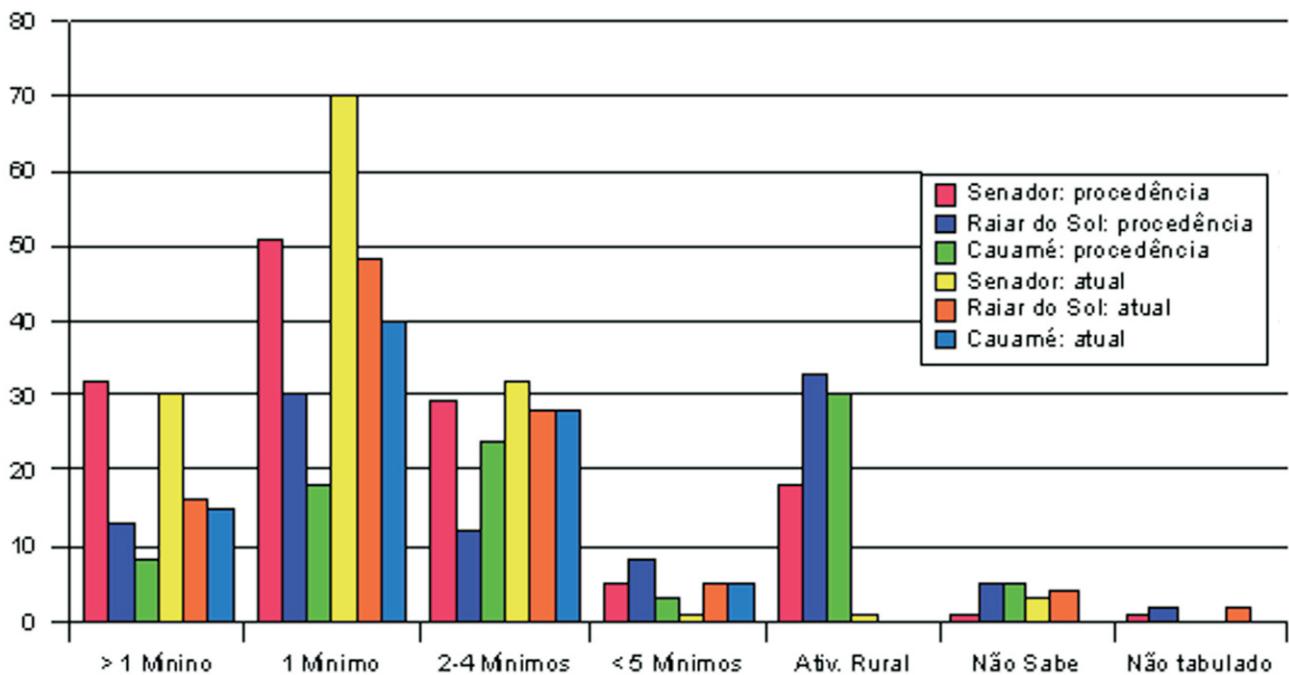


Gráfico 5: Renda Familiar - Procedência e Situação Atual.

Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

avanços na situação atual, como o aumento na faixa de 2 a 4 salários mínimos nos três bairros e o pequeno aumento registrado na faixa de 5 mínimos no Cauamé.

A situação de renda destas pessoas não se alterou significativamente com o deslocamento, o que certamente frustrou algumas expectativas. Muitos informaram estar formalmente desempregados, vivendo de “bicos”, engrossando o contingente cada vez maior de subempregados existente no estado. A situação dos entrevistados no mercado de trabalho também não sofreu grandes alterações, assim como o seu papel nas relações de trabalho, como pode ser observado no Quadro 4.

Informação	Procedência	Situação Atual
SIM	14%	26%
NÃO	86%	74%

Quadro 4: Vínculo Empregatício. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

No antes e depois da migração as relações de trabalho seguem baseadas na informalidade. A diferença entre a situação do migrante no local de procedência e a atual é pequena, se pensarmos que o principal motivo apontado para a migração foi a busca por

melhores condições de vida e de trabalho. Acredita-se que além da crônica situação de subemprego e de desemprego que se abate sobre a sociedade brasileira desde a década de 1980, definem esse quadro as características da economia roraimense – carente de atividades produtivas de vulto, pouco diversificadas, acanhada e dependente do setor público – e as demissões ocorridas nos vários setores do governo estadual e municipal da capital em função dos concursos públicos realizados a partir de 2000/01. Muitos trabalhadores que há anos se beneficiavam das modalidades de contratações precárias feitas pelo governo (Tabelas Especiais, Cargos Comissionados, etc.) se viram sem emprego nos últimos tempos e sem maiores qualificações ou possibilidades de colocação no mercado de trabalho.

Neste aspecto, as profissões informadas pelos migrantes entrevistados, tanto as exercidas nos locais de procedência quanto na atualidade, são aquelas que exigem pouca escolaridade e qualificação profissional ou aquelas vinculadas ao aprendizado empírico.

Verificamos a existência de apenas quatro profissões que exigem qualificação profissional – auxiliar de enfermagem, professor, torneiro mecânico, agente de saúde –, para as outras não se exige qualificação obtida por

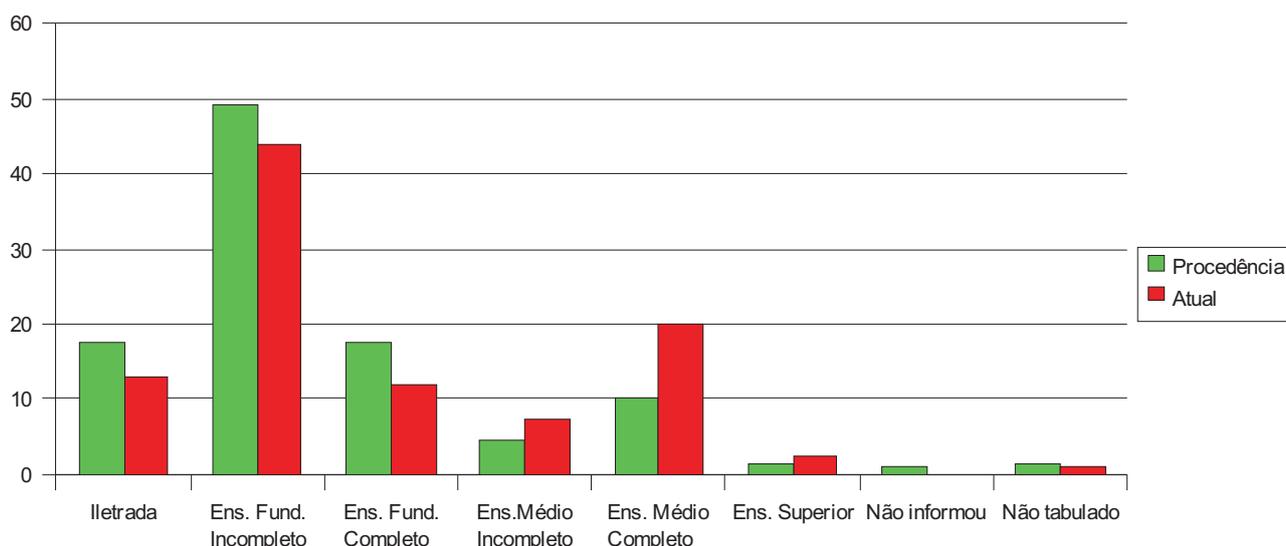


Gráfico 6: Grau de Instrução. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

meio de cursos de treinamento ou capacitação. Para os servidores públicos normalmente se exige uma escolaridade mínima, que dependendo da função geralmente é de Ensino Fundamental ou Médio. Observamos na situação atual, uma diversificação das atividades profissionais e o exercício de algumas profissões ligadas ao setor de serviços e voltadas para o meio urbano – cozinheiro, serviços gerais, auxiliar operacional e vendedor – ensejadas pela inserção no mercado de trabalho da capital como também, pela pequena melhoria no grau de instrução dos indivíduos pesquisados, que pode ser observada no Gráfico 6.

Segundo a SEMGEP, em um levantamento feito em 2005 para o *Programa de Braços Abertos*, a situação de escolaridade da população dos bairros pesquisados não difere muito daquela verificada por nós. O Senador Hélio Campos é o bairro com um nível de escolaridade mais baixo, cerca de 37% dos seus habitantes tem escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental, enquanto que o Cauamé é o que apresenta os melhores índices nas faixas mais altas de escolaridade, principalmente no Ensino Médio.

Ainda que se observe no Gráfico 6 alterações em relação ao Ensino Médio e Superior, a grande maioria dos entrevistados permanece sem completar o Ensino Fundamental. Nas duas primeiras situações, Ilustrado e Ensino Fundamental, observamos

que houve um pequeno decréscimo, que estará representado nas demais situações apresentadas, notadamente no item Ensino Médio Completo. Infere-se que esta situação é mais freqüente entre os entrevistados das faixas etárias mais baixas.

Por outro lado, sabemos que nos últimos tempos algumas ações voltadas para a suplementação escolar foram implementadas, como a Educação de Jovens e Adultos-EJA, o Movimento de Educação de Base-MEB e o aumento da oferta de cursos supletivos, no entanto achamos que os seus resultados ainda não são visíveis nestes bairros. Ainda pode-se levar em conta que grande parte dos/as nossos/as entrevistados/as são chefes de família, cerca de 70%, cujo cotidiano marca a luta pela sobrevivência e também por dificuldades sentidas, o que provavelmente não lhes deixa muito tempo livre ou estímulos para buscar a escola.

A realidade observada nos bairros pesquisados aponta para um estilo de vida simples, no qual boa parte do dia é gasto diretamente nas atividades produtivas. Nos contatos realizados durante as entrevistas e por meio das observações feitas nos bairros, não identificamos muitos espaços de lazer ou que propiciem o desenvolvimento de atividades nos horários livres. Na avaliação dos bairros feita pelos entrevistados, o item atividades de lazer no geral teve uma avaliação ruim. Alguns morado-

res se queixaram do isolamento em que vivem e da distância do centro, onde estão localizados os melhores espaços de lazer e são realizadas as principais atividades culturais da cidade.

Nesse sentido, as atividades religiosas são importantes momentos de sociabilidade. Boa parte dos entrevistados relatou professar uma religião, alguns de maneira efetiva e participante, outros não. Inferimos que as mudanças verificadas com a migração não alteraram o perfil religioso dos indivíduos entrevistados. Parte significativa se declara católica (procedência: 64,5%; atual 54%), embora tenhamos observado um número expressivo de templos de várias denominações evangélicas nos três bairros, principalmente no Senador e no Raiar do Sol.

No entanto, se articularmos as informações acima com os dados do Quadro 5, verificamos que a adesão a uma religião nem sempre define a existência de uma atividade social e/ou comunitária mais intensa. Os dados apuraram que a participação em atividades comunitárias de qualquer tipo e em movimentos sociais é muito pequena. Nota-se, inclusive, que houve um decréscimo, que pode ser explicado pelas dificuldades no estabelecimento de novas relações e novos vínculos sociais decorrente da migração. Não obstante, observamos que boa parte dos migrantes entrevistados não possuía experiência anterior neste campo, não se revertendo a situação em Boa Vista.

Nas conversas com os entrevistados podemos captar o descontentamento de muitos com o aparelhamento das associações de moradores de outras entidades comunitárias, como os clubes de mães, por exemplo. Alguns relataram que as associações de bairro estão “nas mãos” de lideranças comprometidas com políticos, estando a serviço de seus interesses eleitoreiros e não necessariamente da comunidade. Nesse aspecto, as lideranças do bairro Cauamé entrevistadas pela SEMGEP ressaltaram que “o nome Associação Comunitária deve-se ao fato de considerar que a autoridade máxima de uma Associação é a comunidade, entretanto, atualmente legada ao governo estadual, ela deixa de ser comunitária e passa a atender às prioridades do governo” (Arquivo SEMGEP).

<i>Informação</i>	<i>Procedência</i>	<i>Situação Atual</i>
SIM	18%	15%
NÃO	82%	85%

Quadro 5: Atividades Comunitárias e/ou Movimentos Sociais. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

A partidarização das atividades comunitárias em Roraima não é um fenômeno novo e está profundamente ligada a origem de alguns bairros da cidade, relacionando-se inclusive, às migrações. Ao se vincularem às ações de implantação, constituição e melhoria dos bairros, determinadas lideranças políticas transformavam áreas da cidade em verdadeiros “currais” eleitorais. Porém, o que se nota é que essa situação vem mudando de forma lenta e paulatina, a partir do momento que já não é possível configurar os redutos eleitorais com tanta clareza, havendo flutuações de uma eleição para outra, o que mostra uma certa mudança positiva nas relações político-eleitorais.

As práticas assistencialistas e clientelísticas também ajudam a pensar a estrutura de ocupação e de propriedade vigente na cidade de Boa Vista. Como já foi dito, o crescimento demográfico desordenado da capital, incrementado pelas migrações, gerou uma série de ações governamentais para o setor de habitação, cuja principal característica era dar acesso à moradia através da doação ou do financiamento barato e facilitado, como por exemplo, aqueles implementados pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima-CODESAIMA, nos vários loteamento e conjuntos habitacionais que implantou.

A regularização fundiária sempre ficou em segundo plano, tendo em vista que o poder público estadual e municipal, não detém o controle de boa parte das terras do estado e municípios, que continuam sendo terras da União. Segundo o Programa Morar Legal da Prefeitura Municipal de Boa Vista, o trabalho de regularização fundiária de algumas áreas da cidade é de responsabilidade do governo do estado, através do seu órgão responsável, o ITERAIMA. O bairro Senador Hélio Campos se enquadra nesse caso, enquanto que o Raiar do Sol e o Cauamé estão sob a responsabilidade da

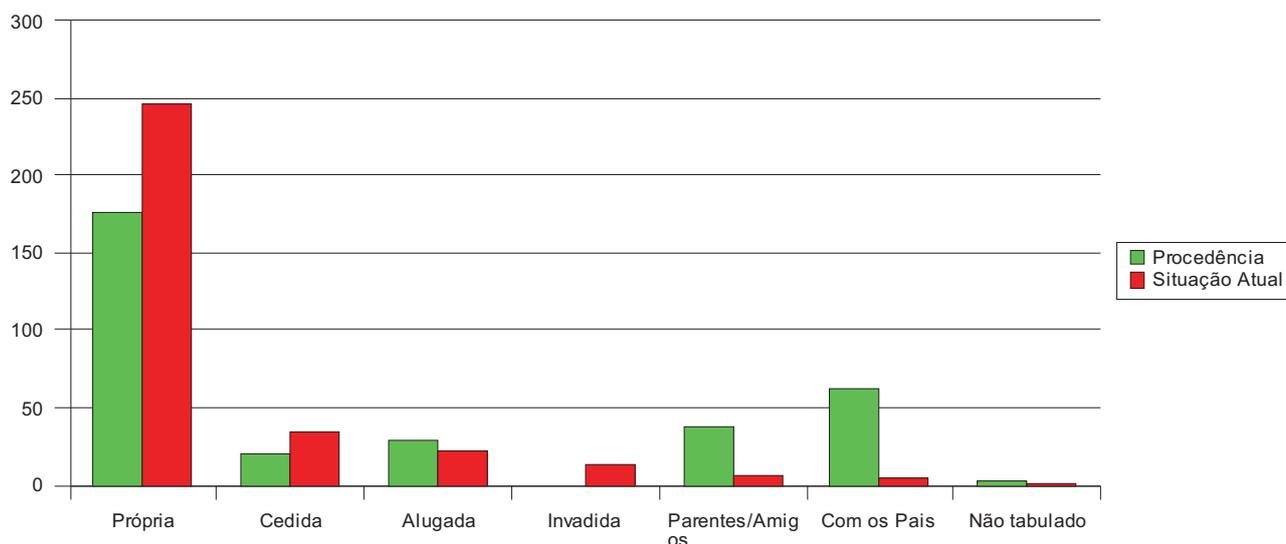


Gráfico 7: Regime de Ocupação Habitacional. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

prefeitura (Programa Morar Legal-PMBV). Diante disso, a posse e a propriedade dos imóveis em Boa Vista quase sempre é precária. Muitos imóveis passam por vários “donos”, mediante um recibo de compra e venda celebrado entre as partes.

Não obstante, a maioria dos nossos entrevistados informou que reside em casa própria, como se pode observar no Gráfico 7. As outras opções colocadas apresentam pouca representatividade. Nota-se, também, que não há alteração positiva entre a situação no local de procedência e a atual nos itens própria, cedida e alugada. Nos itens morava com parentes ou amigos e com os pais observa-se um certo declínio, que pode ser explicado pela migração individual ou pela constituição de família após a migração. Destaca-se a ocorrência da invasão apenas na situação atual.

Levando em conta os sérios problemas de regularização fundiária e de regulamentação dos terrenos urbanos existentes em Boa Vista, as informações apuradas nos fazem pensar que a noção de propriedade de boa parte das pessoas entrevistadas está vinculada principalmente ao uso e ao tempo de permanência no imóvel, algo semelhante ao que legalmente se caracteriza como uso capião. Pode-se dizer que a garantia da posse estaria vinculada à certeza de que a permanência no local seria respeitada, de que o poder público não mexeria nesta situação.

SITUAÇÃO ATUAL: A VIDA NOS BAIRROS

Aqui abordamos algumas questões relativas à vida no bairro, ao cotidiano vivido e sua relação com a migração. Para tal, buscamos quatro grupos diferentes de informações: ter sofrido algum fato violento; principais problemas familiares; significado da migração; avaliação do bairro. Nos dois primeiros, os entrevistados puderam escolher mais de uma opção; na questão *significado da migração*, apenas um; na avaliação do bairro optaram entre bom, regular e ruim.

Ao trazer a baila a questão da violência, abordamos um aspecto extremamente presente no cotidiano dos habitantes de todas as capitais brasileiras, que é o aumento da violência urbana e seus efeitos sobre as condições de vida. Além disso, tentamos uma aproximação com um tema recorrente no cotidiano boavistense, a afirmação de que os maiores índices de violência se localizam na chamada periferia da cidade. Sabemos que só com os dados que levantamos não nos é possível fazer um diagnóstico, mas ao expor a opinião de alguns moradores estamos dando voz aos principais sujeitos e atores sociais, ou seja, aqueles que convivem cotidianamente no bairro, com suas contradições, conflitos e carências.

As opiniões coletadas contrariaram a voz corrente e o senso comum, quando cerca de

70% dos entrevistados afirmaram não ter sofrido qualquer fato violento. Cumpre destacar que a noção do que é violento pode variar sensivelmente, tendo portanto, um caráter bastante subjetivo e variável. Em virtude disso, assaltos, assassinatos, brigas de bar, agressões físicas ocorridas na rua foram alguns dos fatos majoritariamente apontados como violentos. Por outro lado, os episódios de violência doméstica e familiar, assim como outras formas de violência: verbal, afetiva e psicológica, por exemplo, foram pouco mencionadas. Ressalta-se a questão das chamadas “galeras”, grupos de jovens que praticam pequenos delitos e arruaças, em muitos casos instalando em seus “territórios”, nos bairros, um clima de insegurança. Tivemos acesso a alguns relatos desse tipo nos bairros Senador Hélio Campos e Raiar do Sol, contudo não verificamos que a ação das galeras esteja generalizada nesses bairros. O que se observou é que, na maior parte do tempo, a sua ação se concentra em partes determinadas do bairro.

Muitos entrevistados associaram a questão da violência e da insegurança à deficiência na iluminação pública, bem como a precariedade dos meios de transporte no período noturno. Alguns relataram que deixaram de realizar determinadas atividades, como estudar a noite, por considerarem essa situação potencialmente perigosa. Contudo, inferimos que a questão da violência urbana ainda não chegou a índices alarmantes, como os registrados em outras cidades brasileiras do porte de Boa Vista. Sabe-se, no entanto, que a criminalidade vem crescendo bastante nos últimos anos, podendo-se afirmar que o panorama socioeconômico levantado nos bairros e presente em outras áreas da cidade, sem dúvida propicia o incremento da criminalidade.

O item indicadores sociais do Plano Diretor de Boa Vista, afirma que mais da metade da população, 58%, vive abaixo da linha de pobreza, deste percentual, quase a totalidade vive na linha de indigência, ou seja, em uma situação de pobreza extremada. Essa situação fica bem visível se nos lembrarmos dos dados levantados sobre renda familiar, vínculo empregatício e escolaridade dos entrevistados e observarmos no gráfico abaixo.

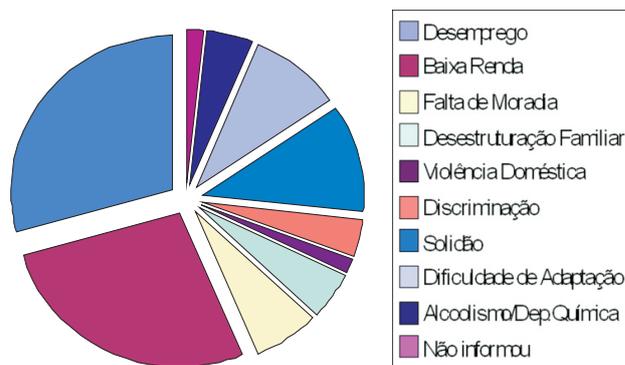


Gráfico 8: Principais Problemas Familiares.

Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

Os principais problemas indicados pelos entrevistados relacionam-se à renda e emprego. Segundo a Prefeitura de Boa Vista, a renda mensal média de um trabalhador de Boa Vista situa-se entre um e três salários mínimos, sendo que 32,75% dos trabalhadores têm rendimento mensal superior a três salários mínimos. A renda *per capita* média do município cresceu um pouco na última década, passando de R\$ 291,47 em 1991 para R\$ 299,46, em 2000, porém segue muito baixa (PLANO DIRETOR, p 20). Os números sobre salário e renda da cidade se assemelham muito aos dados levantados nos três bairros pesquisados. As faixas de renda mais baixas são bem expressivas, enquanto que as mais altas estão abaixo da média da capital, sendo de 26% na faixa de 2 a 4 salários mínimos e de apenas 3,3% na faixa acima de 5 mínimos.

Os dados gerais e os coletados indicam que a pobreza na cidade de Boa Vista cresceu na década passada. De acordo com a prefeitura a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior à metade do salário mínimo de 2000) passou de 24,4% em 1991 para 24,8% em 2000. A desigualdade, medida pelo Índice de Gini, passou de 0,57 em 1991 para 0,58 em 2000 (PLANO DIRETOR, p. 20). Acredita-se que nos bairros pesquisados não foi diferente, havendo um aprofundamento dessa situação traduzido na situação do emprego e da renda mostrada no Gráfico 5 e no Quadro 4. Constata-se a situação de pobreza e de indigência da grande maioria de seus habitantes, muitos subempregados ou desempregados, o que reflete sobremaneira em outros aspectos da vida dos migrantes.

Outras questões também preocupam os migrantes entrevistados de forma expressiva, tais como *solidão* e *dificuldade de adaptação*. Em um processo migratório não é incomum o relato destes sentimentos, que estão relacionados à separação e distância da família, dos amigos e do universo conhecido de referências. A nostalgia do lugar de origem, vivida em um outro tempo, a sensação de perda, de isolamento e de estranhamento está presente no cotidiano do migrante e interfere no seu processo de inserção social e de estabelecimento de novas relações com o lugar de adoção, com seus habitantes, com este outro espaço, com a paisagem física e social.

No entanto, nota-se que esses sentimentos podem ter uma outra conotação que não a subjetiva, podendo estar relacionados também a situação de exclusão social vivida por estes indivíduos e suas famílias. No momento da aplicação dos questionários alguns entrevistados se queixaram da ausência do poder público, do distanciamento existente entre as instâncias decisórias, ou seja, aqueles que deveriam “cuidar” do bairro, da cidade e do estado, e os moradores. Sobre os políticos, comentaram que esses só aparecem esporadicamente e só fazem alguma coisa em tempo de eleição, constatando a relação clientelística e assistencialista tão conhecida na política local. Essa questão fica bem clara no depoimento de uma liderança comunitária arrolado no histórico do bairro Raiar do Sol, feito pela SEMGEP:

“quando você procura o poder público, os governantes, já pensam em trocas de favores (...) há em Roraima uma coisa muito ruim, nós não podemos nos expressar livremente, eu sempre digo que sou parceiro de políticos se ele trabalha em benefício da comunidade que a gente esta morando...” (Arquivo SEMGEP)

Por outro lado, verificamos que a participação em atividades comunitárias e no movimento social é muito pequena entre os entrevistados. Esse imobilismo pode ser explicado pela falta de experiência, observada em relação ao lugar de procedência, mas, também, por todo um conjunto de representações favorá-

veis que envolvem a Amazônia e Roraima em especial e que criam uma série de expectativas, muitas delas não satisfeitas. Pode-se dizer também que o ânimo inicial se arrefece à medida que a vida vai se ajeitando, como se observa nesse trecho do relato da mesma liderança: “... antigamente tinha falta de água, de luz e agora o bairro já está estruturado, então as pessoas se acomodaram. Naquele tempo as pessoas estavam no escuro não tinham televisão e hoje já têm. Então ninguém vai deixar de assistir a novela para vir participar de uma reunião”. A desmobilização dos moradores poderia estar relacionada à conquista de uma infra-estrutura mínima, como diz o narrador: “esfriaria a participação da população na associação, então eu acho que esse é o principal problema da associação...” (Arquivo SEMGEP).

Nessa mesma linha, as lideranças ouvidas pela SEMGEP no bairro Senador Hélio Campos acreditam que por não existir parcerias entre as organizações sociais existentes no bairro, assim como “pelo descrédito da população e pela falta de recursos para a sobrevivência dos projetos das mesmas, torna-se cada vez mais difícil atingir os objetivos propostos e com isso poder contribuir para a melhoria de vida da população do bairro” (Arquivo SEMGEP).

Infere-se que as associações comunitárias dos bairros pesquisados, assim como muitas outras, não estariam desenvolvendo a sua função principal, que é lutar pela melhoria da qualidade de vida nos bairros. Poucos entrevistados se referiram a importância da participação ativa, enquanto que os poucos que exercem alguma atividade comunitária ou política estão conscientes de que uma maior participação poderia fazer diferença, como a Dona Judite do Senador Hélio Campos, que é alfabetizadora do MEB; a Dona Conceição e a Dona Gilda, que participam em trabalhos comunitários promovidos pela paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora; e a Dona Aurinês que atua na Pastoral Indígena da Cidade-PIC, do Cauamé.

No entanto, apesar das várias manifestações de descontentamento e de insatisfação com a vida atual, a avaliação da migração é em grande parte positiva. Este fato pode parecer um paradoxo, quando observamos o comparativo entre os dados do lugar de procedência e a situação atual e os demonstrados no Gráfico 9.

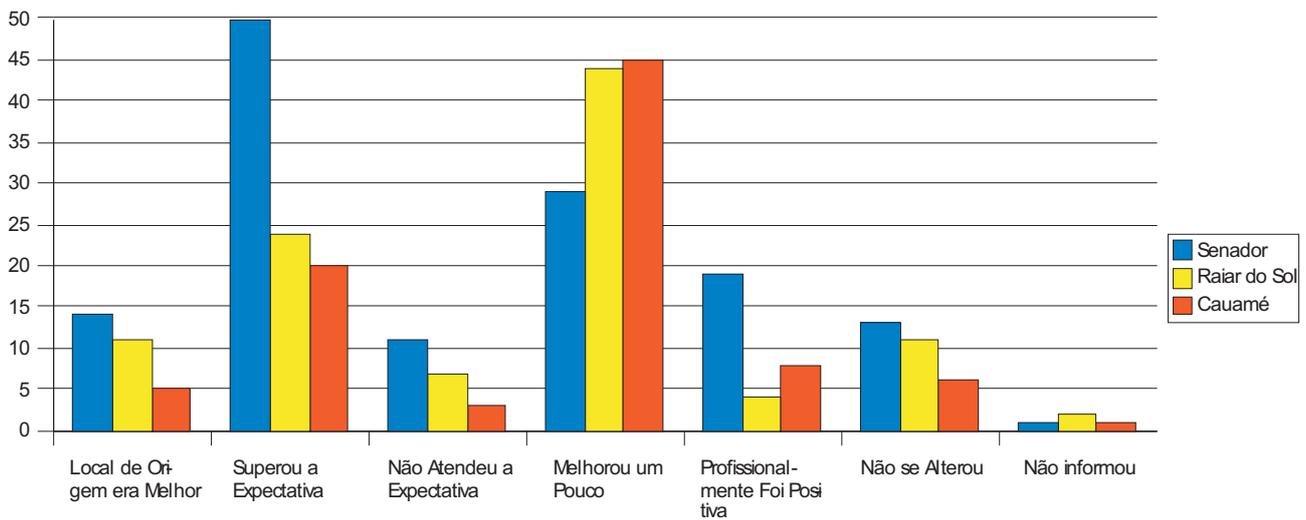


Gráfico 9: Significado da Migração. Fonte: Pesquisa UFRR/CAMIC: Questionários. 2005.

Observamos que alguns aspectos pouco se modificaram com o deslocamento para Boa Vista, principalmente nos quesitos *renda familiar, vínculo empregatício, inserção profissional e escolaridade*. Se cotejarmos todas essas informações com a principal razão apontada para a migração – busca de melhor condição de vida e de trabalho – aparentemente existe uma contradição. No entanto, uma migração se reveste de uma série de expectativas e de sonhos. A decisão de migrar passa, na maioria dos casos, pela constatação de que o lugar em que se vive não atende mais às necessidades. Passa também pela certeza de que existe um outro lugar para ir, onde a vida pode ser melhor. Acreditamos também que a questão do acesso facilitado à moradia pese bastante na avaliação dos entrevistados, já que muitos se consideram proprietários de suas casas, se sentem seguros em relação a isso, mesmo que essa posse seja na maioria dos casos informal.

Quando lidamos com segmentos que se encontram em situação de exclusão é preciso levar em conta que a melhora de alguns fatores, ainda que sutil, pode fazer muita diferença. Nesse sentido, cabe observar que o crescimento da capital é visível na última década. Segundo o diagnóstico feito para o Plano Diretor de Boa Vista, a cidade ainda apresenta inúmeras carências em áreas estratégicas, como saúde e educação, emprego e renda. Não obstante, alguns setores apresentaram resultados positivos.

Acredita-se que a população em geral tenha se beneficiado com a descentralização dos

serviços de saúde ocorrida nos últimos oito anos. Hoje a prefeitura conta com uma rede de atendimento composta por vinte postos de saúde e quarenta e sete Equipes de Saúde da Família, abrangendo quarenta e sete dos cinquenta bairros, inclusive nos bairros pesquisados. No entanto, o sistema de saúde de Boa Vista se encontra depauperado, havendo carência de médicos, de algumas especialidades e de centros de referência.

No item *acesso à educação*, uma das alegações para o deslocamento do interior para a capital, Boa Vista apresentou melhoras expressivas, principalmente no atendimento à crianças e jovens. Tanto na Educação Infantil (0 a 6 anos) como no Ensino Fundamental (7 a 14 anos), as redes estadual e municipal têm capacidade para atender integralmente a demanda (PLANO DIRETOR p.12-13).

Em relação à inserção econômica, a situação é mais delicada. Segundo os indicadores sociais do Plano Diretor de Boa Vista, cerca de 75% do total do Produto Interno Bruto - PIB de Roraima está concentrado na capital, o que justifica a sua primazia na atração de migrantes. Os setores mais dinâmicos e que mais empregam são o serviço público e o setor de serviços, observando-se, nos últimos anos, um aumento da terceirização da população economicamente ativa de Boa Vista (PLANO DIRETOR, p. 15).

Nesse aspecto, prevalecem as tarefas que exigem baixa qualificação, como auxiliar operacional e serviços gerais, por exemplo.

No período 1999-2002 o PIB da capital cresceu aproximadamente 20% (PLANO DIRETOR, p. 15). Nota-se que a expansão do comércio informal realizada por camelôs cresceu bastante, assim como os pequenos negócios domésticos, como venda de lanches, artesanato, armazéns, o comércio localizado nos bairros, etc. Esses dados evidenciam o processo de urbanização acelerado e desordenado de Boa Vista na última década que, por um lado, aprofundou as desigualdades e a concentração de renda, mas por outro, ofereceu uma imediata sensação de oportunidade e de prosperidade.

Ainda que se verifique a persistência de graves problemas e de grandes desigualdades sociais, o diagnóstico do Plano Diretor afirma que ocorreu uma melhoria das condições de vida da população. Índices como mortalidade infantil, expectativa de vida e analfabetismo têm apresentado uma melhora nos últimos anos. Na composição do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de Boa Vista, divulgado em 2003, alguns indicadores sociais têm apresentado melhora, tais como a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida ao nascer e o decréscimo da fecundidade. Os componentes que mais contribuíram para esse crescimento "foram a Educação, com 56,9%, seguida pela Longevidade, com 39,6% e pela Renda, com 3,5%" (PLANO DIRETOR, p. 19). Cresceu o acesso da população aos serviços básicos como água encanada, coleta de lixo e energia elétrica, bem como a bens de consumo, como geladeiras, televisores e telefones.

Hoje, existe um abismo entre os extratos mais e menos favorecidos da população, pois os 60% dos mais pobres detêm menos de 20% da renda socialmente produzida, enquanto os 20% mais ricos controlam cerca de 60% da riqueza (PLANO DIRETOR, p. 18-20).

Supomos que Boa Vista, mesmo sendo uma cidade pobre, conserva a esperança de dias melhores, até pela constatação de que as possibilidades nos lugares de origem ou de procedência estão exauridas. Mesmo que se verifique um crescimento no movimento de saída de Roraima na última década (ver Tabela 1), esta não é a regra.

De uma forma bem objetiva, baseando-nos em dados quantitativos, verificamos que

não houve grandes mudanças na vida de nossos entrevistados com a migração. Contudo, em suas próprias palavras a questão ganha novos contornos. Vir para Boa Vista liga-se à busca de soluções para a sobrevivência e ao desejo de mobilidade social, que pode ser alcançado através da inserção no mundo urbano de uma capital. Acreditamos que o anseio de ascensão social, traduzido pelo acesso a empregos, profissões, bens, serviços e recursos urbanos orientam a decisão de migrar e definem a permanência ou o retorno, principalmente porque grande parte dos nossos entrevistados são originários ou procedentes de áreas rurais ou do interior, de ocupação antiga e intensa, nas quais a situação de exclusão é a regra.

Diante da realidade atual permeada pela pobreza - inúmeras carências dos bairros em que vivem, frustrações de expectativas, condição instável de emprego e de renda, representações negativas que envolvem os moradores da chamada "periferia" - grande parte dos entrevistados faz uma avaliação positiva dos resultados da migração. Mesmo que muitos não tenham alcançado integralmente seu objetivo inicial - melhoria das condições de vida e de trabalho - percebe-se que há uma relativa acomodação à situação atual. Acreditamos que a capacidade de reformular relações, comportamentos, representações e práticas; de recriar e adaptar estratégias de sobrevivência e de buscar incessantemente melhores condições de vida pode explicar a expressividade das avaliações positivas, mas também aponta que esta não é uma situação imutável, mas extremamente dinâmica e suscetível a inúmeras variáveis.

NOTAS

¹ Doutora em História pela PUC/RS. Professora Adjunta do Departamento de História da UFRR. e-mail: carlamont59@uol.com.br.

² A íntegra da pesquisa está publicada no livro *Migrantes e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé*, editado pela Editora da UFRR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO SUDAM/PNUD. *Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: movimentos migratórios na Região Amazônica*. Belém, 2000.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 9 (2), p. 177-197, 1993. (Sér. Antropol.)

BARROS, Nilson C. Crocia de. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.

BECKER, Berta. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários*. www.mct.gov.br/cee/revista/Parcerias12, acesso em 14/04/2006.

DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Cláudia L. E. (org.) *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998. p.155-179.

IBGE. *Contagem da População 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MIRANDA, Alcir Gursen de. *Perfil Territorial de Roraima*. Boa Vista: GTE/RR, 2003.

Prefeitura Municipal de Boa Vista. *Plano Diretor de Boa Vista/2006*. www.boavista-rr.gov.br, acesso em 20/04/2006.

SILVEIRA, I. e GATTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém,

4 (1), 1993. p.43-64. (Sér. Antropol.)

SOUZA, Carla Monteiro de. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 42)

SOUZA, Carla Monteiro de. *História, Memória e Migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima*. Tese de Doutorado em História. PPGH/PUCRS. Porto Alegre: 2004.

SOUZA, Carla Monteiro de. *Migrantes e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé*. Boa Vista: EDUFRR, 2006.

VALE, Ana Lia. *O Ceará em Roraima: migração de cearenses*. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2005.

Fontes Consultadas:

IBGE/RR. Censos 1991 e 2000. www.ibge.gov.br

Prefeitura Municipal de Boa Vista. Programa Morar Legal. www.boavista-rr.gov.br, acesso em 20/04/2006, acesso em 30/05/2006.

Prefeitura Municipal de Boa Vista. Arquivos do Programa de Braços Abertos. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania - SEMGEP.

Prefeitura Municipal de Boa Vista. Plano Diretor de Boa Vista/2006. www.boavista-rr.gov.br, acesso em 20/04/2006.

SETRABES/RR. Divisão de Apoio ao Migrante - DAM - Relatório. (mimeog.)